

Subcomissão organiza audiências em 4 estados para ouvir entidades

ANC

pag 12

12 ABR 1987

Brasília — A Subcomissão de Direitos Políticos, Direitos Coletivos e Garantias da Constituinte vai se deslocar a quatro estados para ouvir a sociedade e poder elaborar esse capítulo da Constituição. A maior parte das audiências públicas serão realizadas fora de Brasília, "porque a Constituinte não tem recursos para trazer personalidades e representantes de entidades", explicou o presidente da subcomissão, deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PR).

A primeira viagem dos 21 membros da subcomissão já está marcada para os dias 24 e 25 a São Paulo e as audiências serão realizadas na Assembléia Legislativa. "Vamos nos deslocar com as passagens aéreas de nossa cota mensal e estamos solicitando que a hospedagem seja financiada pelos governos estaduais. Desta forma, poderemos ouvir o maior número possível de entidades", disse Maurílio.

Em São Paulo, o tema tratado deverá ser direitos coletivos que a subcomissão dividiu em três itens: Direitos Humanos, Direitos do Consumidor e Direitos do Contribuinte. O presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Luís Maschini, coordena um grupo de trabalho que, juntamente com o deputado Samir Uchoa, integrante da subcomissão, indicará as entidades que devem ser ouvidos naquele estado e convidará as personalidades.

As entidades que devem ser ouvidas em São Paulo são: CUT, CGT, Comissão de Direitos Humanos, Associação dos Consumidores e Contribuintes e Associação de Donas-de-Casa, além de partidos políticos. Uma das personalidades que será convidada é o jurista Miguel Reale. O deputado Maurílio Ferreira Lima diz que um dos temas polêmicos a ser discutido pela comissão é a questão da tortura, que poderá se tornar crime inafiançável e sujeito a pena de reclusão.

Outro assunto é que tipo de garantias podem ser dadas ao cidadão, e Maurílio exemplifica: "Um cidadão que paga o IPTU — Imposto Predial e Territorial Urbano — e sofre um acidente por causa de algum buraco, não tem garantia nenhuma, hoje, de que será indenizado, porque lhe faltam instrumentos ágeis".

Outro tema polêmico que a subcomissão vai analisar é a idade mínima para votar, que pode baixar de 18 para 16 anos, além do voto poder se tornar facultativo. A subcomissão já marcou a segunda viagem para Recife, e deverá ainda se deslocar para Belo Horizonte e Rio de Janeiro, onde o relator da subcomissão, deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ), está organizando o roteiro de trabalho.

ORINAL DO BRASIL